

A EVOLUÇÃO DA CASA POTIGUAR NO SÉCULO XIX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO NACIONAL.

Referência completa: TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. A evolução da casa potiguar no século XIX: algumas considerações a partir do contexto nacional. Caderno de Historia, Natal RN, v. 01, n. 01, p. 114-137, 1996.

O processo de modernização do Brasil tem suas raízes no século XIX. Teve início com a vinda da família Real para o Rio de Janeiro em 1808, seguida da abertura dos portos em 1810 e da independência em 1822. A partir de meados do século, o início do ciclo do café e do processo subsequente da industrialização estão entre os principais fatores que acarretaram mudanças nas relações de trabalho, possibilitaram a emergência de novas classes sociais - a burguesia, a classe média e o operariado - e que produziram, enfim, um quadro estrutural efetivamente novo que significou o surgimento do capitalismo no país. Todo este processo de mudança é acompanhado, no campo cultural-ideológico, pela ideologia da modernidade e do progresso, que tem o continente europeu como modelo. Assiste-se dessa forma a uma submissão servil aos valores, conceitos e teorias europeus, especialmente ingleses e franceses. Estes diversos fatores constituem o quadro geral a partir do qual se pode compreender a evolução de toda a produção arquitetônica no mesmo período, uma vez que a arquitetura, como fenômeno cultural que é, sempre reflete as condições nas quais é produzida.

No que se refere à arquitetura residencial percebe-se que, em termos genéricos, a partir da introdução do neoclássico, ocorre uma melhoria na qualidade da habitação, especialmente da classe dominante. No entanto, até meados do século XIX, a habitação urbana quase não se modifica, mantendo um caráter visivelmente

colonial (mesmos agenciamentos, forma do telhado, fachadas, disposição no lote, entre outras características).

A partir de meados do século, porém, as grandes transformações por que passa o país possibilitam uma série de modificações na arquitetura residencial. Surgem novas tipologias habitacionais, e a casa burguesa atinge um padrão de qualidade e conforto desconhecido até então. Em termos estilísticos, predomina o ecletismo que, como o neoclassicismo, é uma proposta oriunda do mundo europeu.

Evidentemente, as modificações nas residências são mais ou menos intensas de acordo com o grau de desenvolvimento de cada cidade específica, e de acordo com a posição sócio-econômica de seus moradores. Pode-se afirmar sem hesitação que normalmente é a casa burguesa dos centros urbanos mais desenvolvidos que primeiro adota as inovações, para somente em seguida ser acompanhada, com maior ou menor grau de resistência, pelas habitações de um padrão mais baixo. Além disso, as cidades das províncias mais distantes tendem a acompanhar as novidades vindas de fora, num processo bastante conhecido de mimetismo cultural que sempre ocorre na periferia em relação ao centro, nos mais diferentes níveis¹. Partindo deste princípio, cabe verificar, num primeiro momento, como a arquitetura residencial evolui nos

¹ Um dos tantos exemplos: as principais cidades do país no século XIX foram as primeiras a adotar o neoclassicismo e o ecletismo e seus revivals produzidos na Europa, antes de serem, por sua vez, imitados pelos centros urbanos menores.

centros urbanos do Brasil que se encontram em franco desenvolvimento, especialmente na segunda metade do século XIX para, em seguida, investigar até que ponto esta evolução foi acompanhada na arquitetura residencial urbana das cidades do Estado do Rio Grande do Norte.

A ponte que se tentará estabelecer entre o geral e o particular, ou entre o que ocorreu a nível nacional e a realidade do Estado do Rio Grande do Norte não tem um caráter definitivo, uma vez que o Estado ainda carece de um estudo mais aprofundado sobre a habitação urbana potiguar, notadamente a do período em questão. Mesmo que de modo introdutório, porém, espera-se poder contribuir para a compreensão dos aspectos históricos relativos à habitação potiguar, e para futuros estudos que se dediquem ao tema. O trabalho apresenta algumas conclusões, que são acompanhadas da bibliografia pesquisada. Algumas descrições são ilustradas com figuras, inseridas ao longo do texto.

I - A EVOLUÇÃO RESIDENCIAL URBANA DO BRASIL DO SÉCULO XIX.

Esta primeira parte resume, de um modo didático e objetivo, as principais modificações verificadas na arquitetura residencial urbana do Brasil do século XIX, nas cidades em maior crescimento. A exposição será empreendida segundo os seguintes itens: 1) Diferenciação quantitativa e qualitativa entre residências; 2) Novos padrões na relação casa-lote; 3) Tradição e mudança nos agenciamentos internos; 4) As influências estilísticas; 5) As inovações técnico-construtivas; 6) As novas tipologias habitacionais; 7) A localização urbana das residências.

I.1) Diferenciação quantitativa e qualitativa entre as residências

Se no período colonial a diferenciação entre ricos e pobres se manifestava em termos quantitativos (FIG. 1), no período analisado a casa burguesa se diferencia cada vez mais, qualitativamente, da casa da maior parte da população. As diferenciações qualitativas se verifica principalmente à medida que se aproxima o final do século, e podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- 1) Num maior requinte quanto ao mobiliário, onde se importava de tudo.
- 2) A casa burguesa é a primeira a possibilitar um maior nível de conforto, através dos avanços nas instalações de luz, água, esgoto, e também de novos ambientes, como o banheiro ou *salle de bain*, como se verá mais adiante.
- 3) A relação casa-lote também permite melhorias em termos de conforto, especialmente da casa burguesa (mais iluminação e ventilação natural, recuos em relação aos limites do lote, que são ocupados por jardins, desaparecimento progressivo das alcovas, mais envasaduras, enfim, casas mais abertas para a rua).

I.2) Os novos padrões na relação casa-lote

Uma característica marcante da arquitetura residencial no período colonial é que esta tende a ocupar todo o lote urbano, com exceção do fundo do terreno, formando ruas de casas geminadas, de pouca frente e muito fundo. Esta característica se mantém na maior parte do século XIX. No entanto, a partir de 1850, começam a surgir as primeiras mudanças nesta relação:

- 1) A casa continua a ocupar quase todo o lote, porém, surge o corredor lateral, descoberto, que liga o portão de

entrada, de ferro, a ao último terço da casa, no final do lote. É a varanda, para a qual também se direciona um segundo corredor, paralelo ao primeiro, mas no interior da residência, ligando esta varanda à sala na frente da casa. Do portão, através de uma pequena escada (casas de porão alto) se chegava à varanda frontal ou à sala de estar. Este arranjo permite uma melhor ventilação dos cômodos, especialmente quando o corredor externo está geminado ao corredor da residência vizinha (FIG. 2).

2) Uma outra forma de recuo em relação aos limites do lote é o jardim frontal, inicialmente bastante tímido, mas que aos poucos passa a ganhar importância. Quando na lateral da casa, esta assume uma planta em forma de “L” em torno deste (FIG 3). O jardim se insere bem na preocupação típica do século XIX, com os problemas ligados à higiene pública². Às vezes, a solução adotada era um corredor lateral coberto acompanhando o jardim, sustentado por colunas de ferro e ornamentado por guirlandas e lambrequins, tudo material importado³ (FIG. 4). O afastamento dos limites da residência em relação aos limites do lote ocorre de forma progressiva, de modo que, aos poucos, e já no século XX, a casa se liberta dos quatro limites do mesmo. Evidentemente, estas mudanças ocorrem primeiramente nas casas da

² A necessidade de se combater os problemas gerados pela falta de higiene nas cidades européias é um dos motivos que levam ao surgimento do urbanismo moderno, na segunda metade do século passado. No Brasil, (FREIRE,1979:97) menciona doutores brasileiros que, juntamente com o engenheiro francês Vauthier, que atuou em Recife, demonstram a mesma preocupação com a higiene pública de nossas cidades, em meados do século XIX.

³ No século XIX, a importação de produtos os mais diversos fabricados pelos países europeus em plena Revolução Industrial não é exclusiva do Brasil, mas ocorre em toda a América Latina. (GUTIERREZ, 1989: 62-69).

burguesia, que dispunham de terrenos maiores. A maior parte da população ainda mantém, até fins do século XIX, o padrão colonial.

I.3) Tradição e mudança nos agenciamentos internos

Aqui também se verifica uma nítida diferença entre a casa “popular” e a casa burguesa. A habitação dos pobres e remediados urbanos se modifica muito pouco ao longo do século XIX, mantendo boa parte dos traços coloniais em seu agenciamento interno. Uma primeira explicação para este fenômeno é de natureza cultural. Os mestres de obras portugueses continuaram a ter uma atuação muito grande no Brasil ao longo do século XIX. Por outro lado, no mesmo período atuaram ou se estabeleceram no Brasil muitos mestres de obras, engenheiros e arquitetos franceses, italianos e alemães, entre outros. Um terceiro grupo era formado por profissionais brasileiros que iam estudar na Europa e voltavam para atuar no Brasil, ou que ainda estudaram aqui mesmo com mestres europeus. Enquanto os dois últimos foram os protagonistas das novidades que aportavam em terras brasileiras, os primeiros tendiam a resistir às inovações técnico-estilísticas trazidas por estes, como aconteceu com o neoclássico no Rio de Janeiro⁴. Os mestres de obras de origem portuguesa e a própria população de um modo geral seria, assim, avessa às inovações.

Parece, no entanto, que a permanência das características coloniais nas casas da população menos aquinhoada tem mais a ver com questões de natureza econômica. As classes populares parecem compartilhar do fascínio da classe

⁴ BRUAND, 1991:34

média e burguesa pelas inovações, vistas como sinal de modernidade e progresso. Isto se verifica claramente no que tange às fachadas das residências do primeiro grupo, que se revestem de motivos e traços neoclássicos e, na segunda metade do século, de elementos ecléticos (FIG 5), imitando, dentro das limitações as mais diversas, as residências mais sofisticadas. Entretanto, em planta, na disposição do telhado e das envasaduras para o exterior (porta e janela), essas casas continuam fiéis ao seu passado colonial, o que provavelmente decorre dos maiores custos em promover modificações mais profundas em termos do agenciamento interno a fim de adequá-las aos novos tempos⁵. A resistência pode se explicar ainda pelo desconhecimento da natureza das mudanças, muitas das quais concebidas em projeto arquitetônico, um luxo para a maioria da população. Mais uma vez, são os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, que contam com arquitetos atuantes e bem informados no seu campo de trabalho. Nos centros históricos das pequenas cidades do Nordeste do Brasil o mesmo não ocorre, daí talvez a persistência de residências, que mantêm uma aparência de modernidade somente nas fachadas, como as mostradas esquematicamente na FIG. 5.

Além do papel desempenhado pelos arquitetos, as modificações na habitação das classes média e burguesa em ascensão decorrem também, em cidades como São Paulo, da influência da imigração estrangeira, do desejo da burguesia de se distanciar cada vez

⁵ Ainda hoje se encontram casas pertencentes a populações de baixa renda em Natal cuja planta remonta à casa colonial, apesar das modificações no nível da fachada (TEIXEIRA,1990).

mais do passado colonial, de um nível maior de exigência quanto ao padrão de conforto e da mudança no tipo de criadagem, em que o escravo é substituído por criados assalariados brancos, alguns estrangeiros. Nesta cidade, o agenciamento interno revela elementos de influência francesa na residência burguesa⁶. As principais mudanças no agenciamento da casa burguesa podem ser assim resumidas:

1) O vestíbulo, ou ambiente de distribuição dos acessos, que evita o fluxo por entre ambientes da casa. Mais freqüente, porém, no início do século XX.

2) O gabinete, uma espécie de escritório, na frente da residência, com acesso direto à sala de estar.

3) O banheiro com suas instalações reúne agora, num mesmo ambiente, as antigas atividades de asseio pessoal e de atendimento às necessidades fisiológicas. No período colonial, o asseio pessoal ocorria na alcova, as necessidades fisiológicas eram atendidas na “casinha”, no fundo do quintal (FIG. 6).

4) O porão com óculos dando para a fachada substitui o antigo andar térreo, destinado aos escravos ou a lojas. Quando habitado, é o ambiente da governanta ou dos empregados da casa. Pode ter uma cozinha, além da cozinha no andar reservado à família.

5) A edícula, resquício da antiga senzala, também serve para abrigar os empregados da casa. Localiza-se no fundo do quintal, escondido da rua, assim como tudo o que lembra o passado colonial, como o puxado nos fundos ou as plantas nativas⁷. Na fachada, só o requinte que lembra o mundo europeu. A edícula também serve de despensa e depósito.

6) O recuo lateral do lote, além de servir como jardim, serve também para

⁶ LEMOS,1989:52

⁷ FILHO,1978:74.

cocheira e, posteriormente, para a garagem.

7) O sobrado, como no período colonial, continua a servir como elemento de distinção de classe, pelo menos na Belo Horizonte de fins do século XIX e início do século XX⁸.

8) Os jardins de inverno são outras novidades de fins do século XIX nas habitações da classe média.

I.4) As influências estilísticas

Do ponto de vista formal, o século XIX representa uma ruptura com os séculos precedentes. O aspecto *formal* das cidades se modifica bastante, embora mantenha quase intacto o sistema viário ou a malha urbana, que só vai sofrer maiores mudanças a partir do início do século XX. Quanto à arquitetura, porém, tanto os edifícios públicos, civis e religiosos, as grandes residências burguesas e das classes populares vão sofrer, especialmente nas fachadas, influências estilísticas as mais diversas, dando à cidade, quanto a este aspecto, um caráter cada vez mais distanciado dos padrões coloniais. Em termos de arquitetura residencial, verifica-se:

1) Empréstimo de motivos neoclássicos como frontões, cornijas, colunas, escadarias, entablamentos, etc, mais ou menos fiéis ou mais ou menos sofisticados segundo o padrão sócio-econômico do morador. Esta influência se inicia no Rio de Janeiro, substituindo-se as antigas jalousias e muxarabis das fachadas, e espalhando-se pelo Brasil afora (FIG. 7). Uma maior variedade de cores nas fachadas começa aos poucos a substituir o branco predominante da cidade colonial.

2) O mesmo processo se verifica com maior vigor no ecletismo. Aqui, são trabalhados principalmente, no que se

refere às fachadas, os platimbandas, com ornamentos os mais variados (vasos, balaústre, janelas emolduradas, medalhões, cornijas, volutas, etc.). Adornos de ferro são usados em profusão, além do vidro, com o qual são confeccionadas bandeiras de arco pleno sobre o vão de portas e janelas. Simples pinturas ou ornamentos em alto relevo, nos casos mais simples, também são frequentes. Os lambrequins de madeira ou de ferro, os portões e pilares de ferro bem trabalhados prefigurando o art nouveau, vasos, estátuas de pessoas ou de águias com as asas abertas sobre o platimbanda são alguns dos elementos que se tornam comuns nas residências. Praticamente todos eram de natureza industrial, e por isso eram importados do exterior. Sem ter as mesmas condições da classe burguesa, as classes populares tentam copiar, de forma simplificada, estes padrões estilísticos. Entretanto, o agenciamento interno destas residências apresenta, em planta, uma forte influência da casa colonial (FIG. 8).

I.5) As inovações técnico-construtivas:

A construção civil de um modo geral, e, portanto, a habitação, sofre profundas modificações quanto aos seus aspectos técnico-construtivos. A importação de uma mão de obra de melhor qualidade quando comparada à mão de obra escrava, o maior número de profissionais qualificados, nacionais e estrangeiros, as facilidades de importação de materiais de construção, a incipiente formação da indústria nacional da construção civil, são todos fatores que vão possibilitar, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, visíveis melhorias técnico-construtivas nas habitações. Estas melhorias podem ser assim resumidas:

⁸ SALGUEIRO, 1987:124

1) A milenar técnica construtiva da taipa de pilão, muito usada no sul do país, vai praticamente desaparecer no século XIX. Em seu lugar vem o tijolo, primeiramente importado, mas logo em seguida produzido em olarias locais. Além do tijolo, as estruturas de ferro também se tornam populares na arquitetura residencial, pelo menos em algumas cidades, onde surgem exemplares de casas totalmente construídas em ferro⁹. O uso do tijolo parece ter se difundido a partir da imigração européia, especialmente italiana, em São Paulo. No Nordeste, uma técnica igualmente antiga - a taipa ou o pau à pique, também conhecido como taipa de mão e sopapo, entre outras denominações - parece resistir mais tempo, especialmente nas áreas rurais, como ainda hoje se verifica com o mucambo¹⁰. Outras técnicas do período colonial, como o adobe e a pedra e cal, diminuem sensivelmente em importância a partir de meados do século XIX, principalmente nas cidades.

1) Em lugar dos pisos de chão batido, surgem agora os tabuados corridos sobre estrutura de madeira, tanto nos pisos sobre o porão alto como nos pisos entre andares. No último caso, os forros davam um maior requinte aos interiores.

2) As telhas francesas, os papéis de paredes, os portões e peças de ferro, o vidro, os candelabros para iluminação interna, os belos quadros na parede com paisagens européias, os móveis ingleses e franceses, as louças inglesas atestam para as melhorias que transcendem as de ordem técnico-construtiva por que passaram as residências, especialmente as da burguesia. Uma mão de obra mais especializada, na qual se encontravam os fachadistas - profissionais responsáveis pela concepção e

execução das fachadas das residências - permitiram os avanços desejados.

3) As já mencionadas melhorias das instalações de água, luz e esgoto, que surgem no final do século XIX, possibilitaram um maior nível de conforto, além de ajudar no combate às epidemias da época. Evidentemente, todas estas melhorias chegaram primeiramente às residências burguesas, num processo que, ainda hoje, não é um privilégio para uma imensa parcela da população.

I.6) As novas tipologias habitacionais

O século XIX é testemunha do surgimento de novas tipologias habitacionais, as quais refletem, mais uma vez, as transformações sócio-econômicas, políticas e culturais por que passou o Brasil ao longo do século XIX. Evidentemente, a casa térrea e o sobrado, típicos do período colonial, continuam a existir no período considerado. Tanto um como outro foram inclusive projetados por arquitetos famosos de fins do século, como Ramos de Azevedo, Victor Dubugras, Heitor de Melo, entre outros, não mais com características coloniais, mas adotando todos os requintes do ecletismo em voga. Além da arquitetura residencial projetada pelos arquitetos, persistiam, evidentemente, as soluções tradicionais, de origem colonial, em muitos lugares do Brasil, em especial nas pequenas cidades e províncias distantes do centro nervoso do país. Entretanto, o presente item se refere apenas às tipologias *novas*, entendidas como aquelas que são produzidas em quantidade significativa a partir do século XIX. Estas são as seguintes:

1) A chácara: Embora já existente no período colonial, se populariza durante o Império e a República. Com o limite cada vez menos nítido entre o rural e o urbano, a chácara representa

⁹ LEMOS, 1989:39 e 48.

¹⁰ TEIXEIRA, 1990.

justamente a habitação intermediária entre estes dois meios, e apresenta características tanto de uma casa rural como urbana, reunindo o que há de melhor em cada área. Casas de grandes proporções, freqüentemente assobradada, localizada num grande lote, a chácara tem certo parentesco com o que hoje se conhece no Nordeste como “granja”, sendo que as chácaras pertencem normalmente aos fazendeiros enriquecidos que estão em processo de migração para a cidade, uma vez que tradicionalmente eles moravam no meio rural, embora sempre tivessem uma casa urbana¹¹. Detinha todos os apetrechos de uma casa rural, tornando-se, como as antigas sedes da fazenda do café ou dos engenhos, praticamente auto-suficiente. Ao mesmo tempo, tentava reunir alguns dos benefícios oferecidos pelo meio urbano, como as instalações, sendo casas de muito requinte. As influências estilísticas também se fizeram presentes na chácara. Plantas nacionais nos pomares conviviam com plantas de origem européia, bem ao gosto da época.

2) O palacete urbano: Como a chácara, é uma residência de alto padrão, típica da alta burguesia. No entanto, localiza-se em área urbana, nos bairros ricos da cidade. Muitas delas foram construídas na São Paulo de fins do século XIX, no mais legítimo ecletismo. Também são encontradas em outras capitais estaduais (FIG. 9).

3) A casa de porão alto: Juntamente com a chácara, é um outro tipo intermediário, só que não entre a casa rural e urbana, mas entre tipos diferentes de casa urbana. É o tipo intermediário entre o sobrado e a casa térrea do período colonial. O andar térreo, usado para alojamento dos escravos ou como loja antes de 1800 aos poucos cai em desuso, embora

ainda sobreviva como loja em muitos casos. A casa de porão alto é da segunda metade do século XIX, e sofre praticamente todas as modificações verificadas nos itens anteriores (VER FIG 2).

4) O chalé: uma moda romântica presente no último quartel do século XIX, sobretudo na década de 1880, em várias cidades do país¹². O chalé era, ou pelo menos se supunha, de inspiração suíça. Caracterizava-se por telhados em duas águas, bastante inclinados, largos beirais sustentados às vezes por mãos francesas e arrematados por lambrequins de madeira ou de ferro. A cumeeira é perpendicular ao alinhamento da rua. Alguns chalés têm corredores laterais, suportados por pilares de ferro. Usam freqüentemente o tijolo aparente na fachada, e adotam algumas incursões ecléticas, como as janelas de arco ogival, lembrando o gótico (FIG. 10).

5) As tipologias para o operariado urbano. A chácara, a casa de porão alto e o chalé são opções tipológicas adotadas pela classe média e alta, ambas em pleno processo de formação dentro do capitalismo incipiente que se instalava no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, os pobres urbanos, e a também emergente classe operária vão ser abrigadas em “tipologias¹³” condizentes com a sua situação social. São as favelas, os cortiços e as vilas operárias, cada uma das quais com menor ou maior incidência de acordo com cada cidade. Elas se enquadram no processo cada vez mais intenso de crescimento das cidades, decorrente das transformações macro-econômicas pelas quais passava o país.

¹¹ SINGER, 1973:103

¹² BRENNAN, 1987:36

¹³ Neste sub- item, o termo pode estar sendo usado com uma certa condescendência para alguns leitores, uma vez que se aplica à favela.

O crescimento de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Recife, entre outras, que se verifica em função do surto de desenvolvimento econômico provocado, evidentemente, em cada uma destas cidades, por motivos diferentes¹⁴, ocasionava um aumento populacional vertiginoso das mesmas. São nelas que vão surgir as primeiras favelas, cortiços e, mais para o fim do século XIX e início deste, as vilas operárias. Com exceção das favelas, os cortiços e vilas operárias podem ser vistas como soluções de mercado, ou seja, para obtenção direta de lucro, embora as vilas tenham sido muitas vezes inspiradas por ideais altruístas, que remontam aos socialistas utópicos europeus da primeira metade do século XIX. Os cortiços eram de dois tipos: havia os quartos construídos em série, geminados e formando fileiras de casas que davam para um pátio interno, no final do qual se situavam lavadeiras e latrinas comunitárias (FIG. 11), ou as chamadas *cabeças de porco*, antigos casarões agora ocupados por várias famílias. Em ambos os casos, os locatários pagam aluguel e em ambos os casos as condições de higiene, conforto e privacidade são as piores possíveis. As vilas operárias, por sua vez, apresentam, em geral, um quadro menos dramático. Surgem próximo às primeiras fábricas, tanto nas pequenas cidades, onde a mão de obra não era abundante, havendo assim a necessidade de retê-la, como nas grandes cidades, também para reter a mão de obra mais qualificada. Eram objeto de um rigoroso controle social por parte dos empregadores. Apesar de representarem uma alternativa para a solução do problema habitacional nas cidades em processo de

¹⁴ Enquanto a industrialização em função do café fazia São Paulo prosperar, praticamente no mesmo período cidades como Belém em Manaus cresciam graças ao ciclo da borracha.

industrialização, elas foram, no entanto, insuficientes quando comparados às necessidades dos grandes contingentes populacionais nestas cidades.

I.7) A localização das residências no espaço urbano

Se no período colonial era menos evidente a distinção social em termos de distribuição no espaço urbano das áreas residenciais, ao longo do século XIX e, especialmente à medida que se aproxima o seu fim, esta distinção se torna evidente. As novas áreas residenciais destinadas à burguesia, com seus casarões, seus palácios, suas chácaras e sobrados ecléticos, melhor dotados de infraestrutura urbana, contrastam com as áreas residenciais destinadas às classes populares, que vivem nos seus cortiços, favelas e vilas operárias.

As áreas insalubres destinadas às classes operárias e as péssimas condições de vida destas causaram freqüentes epidemias. A necessidade de regular os interesses do capital imobiliário por um lado, e a necessidade de combater as epidemias, por outro, são as principais razões que levaram as autoridades públicas a intervir na questão, embora somente a segunda delas era mencionada nos documentos oficiais para justificar as suas intervenções, que se constituíam geralmente na demolição de cortiços e na relocação de seus moradores. Nunca se mencionavam fatores como o potencial mercadológico de áreas ocupadas por estas habitações precárias nos códigos de posturas municipais, mas sim a “questão de saúde pública”. A leitura destes documentos revela uma evidente preocupação em manter afastadas das áreas nobres os cortiços e vilas operárias. As vilas operárias se difundiram pelo Brasil afora, mas foi

uma experiência que não sobreviveu por muito tempo. As favelas são uma realidade da cidade brasileira hoje, assim como os cortiços. Os últimos, porém, parecem ser menos frequentes em nível nacional. Resumindo, à medida que a distinção de classe se evidencia no capitalismo nascente, ficam mais claras a distinção no espaço urbano entre ricos e pobres.

II - A EVOLUÇÃO RESIDENCIAL URBANA NO RIO GRANDE DO NORTE DO SÉCULO XIX.

O processo de ocupação do interior do Rio Grande do norte se deu graças à atividade pecuária, desde o século XVII. No entanto, as cidades do Estado são recentes, uma vez que, apesar dos aldeamentos indígenas de meados do século XVIII, a cidade norte-rio-grandense é uma realidade que só se evidencia realmente no século XIX¹⁵. Exceção deve ser feita para Natal, que apesar ter sido apenas uma pequena aldeia durante séculos, do ponto de vista geopolítico já nasceu como cidade no final do século XVI.

As cidades mais antigas do Estado existiram primeiramente sob forma embrionária enquanto aldeamento indígena, elevadas posteriormente ao título de vila, no século XVIII. Estas cidades passaram por um processo de evolução urbana que vai de aldeamento à vila, e em seguida à cidade, ou às vezes da povoação, à vila e à cidade. No primeiro caso especialmente, fica patente que se trata de um processo que pode ser denominado de *secularização do espaço urbano*, pois surgiram como aldeamentos missionários, de caráter religioso, para depois passarem, com a expulsão daqueles entre 1750-1760, ao poder

civil, sob forma de vila e posteriormente cidades.

Apesar de a cidade norte-rio-grandense ser, com algumas exceções, um fenômeno do século XVIII e principalmente do XIX, nem por isso ela deixa de apresentar características tipicamente coloniais, tanto no seu espaço urbano quanto arquitetônico. Neste trabalho, em que se aborda a arquitetura residencial no século XIX, pretende-se demonstrar que a evolução residencial verificada em outras cidades do Brasil parece não ter tido a mesma intensidade nas cidades do Estado, mesmo que elas também se façam presentes aqui. O estudo tem um caráter preliminar, baseado nas primeiras impressões de um estudo ainda em fase de realização.

Na primeira parte se demonstrou que a arquitetura residencial tradicional pouco mudou ao longo do século XIX no Brasil. As mudanças comentadas, que ocorrem com a introdução do neoclássico e posteriormente se aprofundam com o ecletismo, na segunda metade do século XIX, se aplicam principalmente à casa da classe média e burguesa. A população de um modo geral se limita a imitar, nas fachadas, tais inovações estilísticas, mantendo, porém, em planta, o arranjo interno tradicional, de origem portuguesa. Se isto é verdade para as grandes cidades, o que não dizer das pequenas cidades do interior de uma província pobre e distante dos grandes centros do sul do país? Até 1930 as diferentes regiões e suas respectivas províncias viviam em relativo isolamento. As dificuldades de comunicação e, portanto, a possibilidade de influências oriundas dos grandes centros urbanos era menor do que após aquela data¹⁶. As

¹⁵ CASCUDO, 1955.

¹⁶ A primeira ferrovia no Estado foi construída em 1880/83. As primeiras estradas de rodagem

influências estilísticas efetivamente chegaram às pequenas cidades do interior do Estado, como demonstram os platimbandas, os frontões, as cornijas, e os ornamentos diversos, mas não somente eram de grande simplicidade como se limitavam às fachadas. Em planta, no entanto, as casas mantêm o velho arranjo colonial.

Também as mudanças sociais com a libertação dos escravos não foram suficientes para alterar, pelo menos no século XIX, o espaço doméstico tradicional. A escravidão no Rio Grande do Norte nunca foi muito expressiva, e as residências pouco contavam com a mão de obra escrava. Além disso, o Estado não teve, como foi o caso no sul do país, uma forte imigração estrangeira, que provocasse mudanças profundas nos agenciamentos internos das residências.

Ressalte-se ainda o atraso com que as inovações chegavam às cidades do Estado, em decorrência do relativo isolamento em que elas viviam em relação aos centros urbanos mais desenvolvidos. Por exemplo, o neoclássico que aos poucos se firmou no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, dificilmente teria chegado ao Estado antes de 1850, como demonstram os primeiros edifícios neoclássicos aqui construídos. Estes, por sua vez, eram públicos. Sem negar a influência dos centros urbanos do sul, é mesmo provável que a influência viesse mais diretamente da Europa via os centros urbanos regionais, como Recife. Isto decorre do fato de que diferentes áreas geográficas no país estavam menos ligadas entre si do que com a Europa, via cidades de

maior importância regional, que funcionavam como empório comercial entre aquelas e o velho mundo.

Natal passa por um surto de crescimento na segunda metade do século XIX e início do XX, crescimento este que possibilita, inclusive, a construção de alguns edifícios importantes, como o teatro Carlos Gomes, atual Alberto Maranhão. No entanto, ele nem de longe se compara ao processo muito mais dinâmico de crescimento que se verifica, mais ou menos ao mesmo tempo, em cidades como Manaus e Belém durante o ciclo da borracha, ou de São Paulo em plena industrialização. Quanto às cidades do interior, o quadro é ainda mais evidente. Os recursos nelas disponíveis jamais possibilitariam transformações mais profundas em sua produção arquitetônica, em especial da arquitetura residencial.

A arquitetura ainda existente no bairro da Ribeira, em Natal, e em outros centros históricos de cidades do interior do Estado, como Caicó, demonstra, ainda que limitada à fachada, clara influência de motivos neoclássicos e ecléticos e, em menor escala, de motivos neogóticos e do art nouveau, sem o mesmo requinte, obviamente, dos encontrados nos centros mais ricos do país. Com exceção das edificações maiores, de caráter público, a popularização das inovações estilísticas no Estado parece ter lugar a partir de fins do século XIX e início do XX, com o atraso que era de se esperar.

Quanto às novas tipologias habitacionais das classes urbanas em ascensão - a chácara, a casa de porão alto e o chalé, ressentem-se de um estudo que comprove a sua presença de modo mais decisivo no Estado. A julgar pelo que se tem hoje, parecem ter tido uma

começam a ser abertas em 1909, mas é só em 1930 que o caminhão vem substituir o carro de boi como meio de transporte (CLEMENTINO,1995:103).

presença ínfima aqui, a menos que tenham sido destruídos pela especulação imobiliária. São raros os exemplares destas tipologias, como a residência onde viveu Câmara Cascudo, na Junqueira Aires, em Natal, em que a influência do chalé seja patente. O Solar Bela Vista, também em Natal, é um raro exemplar de residência com porão alto. O estágio de desenvolvimento econômico da capital e das demais cidades do interior do Estado até fins do século XIX descarta a existência, neste período, de favelas, cortiços e vilas operárias. Não houve uma imigração rural-urbana significativa no período considerado, nem um processo mais intensivo de industrialização de base urbana no mesmo período de tal modo a exigir o surgimento destas alternativas habitacionais. As favelas, por exemplo, só surgem em Natal por volta de meados do século XX. As vilas, habitação de baixa renda típica na cidade de Natal, também são do século atual.

À GUIA DE CONCLUSÃO:

Das considerações apresentadas no presente trabalho, algumas conclusões, ainda que de caráter preliminar, podem ser apontadas:

1) A evolução da arquitetura residencial no Estado do Rio Grande do Norte acompanhou a evolução verificada em outras partes do país ao longo do século XIX, mas sempre com um certo atraso, tanto do ponto de vista técnico quanto cronológico. Se o Neoclássico no Rio de Janeiro já está

em decadência por volta de 1870, neste mesmo período ele representa *le dernier cri* da moda estilística no Estado.

2) As condições locais, de natureza tanto econômica como técnica, forçam a adoção de soluções mais simplificadas, o que também de certa forma também ocorre mesmo nos grandes centros urbanos, no que se refere às classes populares neles residentes.

3) As principais mudanças observadas não se limitam, porém, às maquiagens estilísticas das fachadas. A Natal de taipa do período colonial, bem como outras cidades do interior, fora em boa parte substituída, ao longo do século XIX, por cidades de tijolo, apesar de que num ritmo menos intenso do que a São Paulo de fins do século XIX. A arquitetura residencial das classe média e alta da cidade também passou a adotar os novos padrões na relação casa-lote semelhantes aos já verificados em outras cidades do país. Na ausência de estudos conclusivos supõe-se, porém, que o progressivo afastamento da casa em relação aos limites do lote é, no Estado, um fenômeno quase inexistente no século XIX.

4) Estas modificações não são suficientes, entretanto, para descaracterizar as cidades do Estado no período considerado, que mantém uma influência colonial bastante nítida. A arquitetura e a cidade no Rio Grande do Norte terá de esperar o século XX, em particular o segundo pós-guerra, para que as maiores modificações se tornem mais evidentes.

BIBLIOGRAFIA:

BRENNA, Giovanna Rosso Del. Eclétismo no Rio de Janeiro (séc.XIX-XX). In. FABRIS, Annateresa (org.). **Eclétismo na**

Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987.

- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CASCUDO, Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Departamento de Imprensa Nacional, 1955.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e Urbanização. O Rio Grande do Norte nos Anos 70**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.
- FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FREIRE, Gilberto. **Oh de Casa!** Recife: Artenova, 1979.
- GUTIERREZ, Ramón. **Arquitetura Latino-Americana**. São Paulo: Nobel, 1989.
- LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.
- LEMOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa. Breve História da Arquitetura Residencial de Tijolos em São Paulo a partir do Ciclo Econômico Liderado pelo Café**. São Paulo: Nobel, 1989.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. **O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930**. In: FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Tradition and Change in the Domestic Environment of the Unplanned Urban Settlements. A Case Study: Natal, Northeast Brazil**. Montreal: McGill University, 1990.

FIGURAS

FIG. 1: Distinção quantitativa entre ricos e pobres. Em termos qualitativos, o sobrado não difere da casa térrea, mas é maior, sendo dotada de uma quantidade maior de aberturas para o exterior.

FIG. 2: Residência eclética do final do século XIX. Casa de porão alto, com grade de ferro dando para a fachada, com recuo lateral. Fonte: LEMOS, 1989: 79.

FIG. 3: Jardim lateral

FIG. 4: O corredor coberto, ladeando o jardim. Neste exemplo, há também uma varanda coberta no andar superior. Observar o uso do ferro ornamental no portão de acesso ao jardim, nos guarda corpo e pilares de sustentação da varanda. Esquema baseado em antiga residência de B. Horizonte. Fonte: SALGUEIRO, 1987: 123.

FIG. 6: Casa eclética do final do século XIX (de baixo para cima, térreo e superior). O vestíbulo (1), o gabinete (2) e o banheiro interno dotado de instalações (3) estão presentes neste exemplo. Fonte: LEMOS, 1989:128

FIG. 5: Esquemas de casas mais simples, muito frequentes nas pequenas cidades do Nordeste. A influência estilística esboçada na fachada, típica do século XIX e início do XX não é suficiente para esconder o seu passado colonial, como atestam a disposição do telhado e das envazaduras da fachada.

FIG. 7: Motivos neoclássicos utilizados nas residências do século XIX. O grau de requinte e de fidelidade aos ideais clássicos dependiam sobretudo dos recursos do proprietário.

FIG. 8 E FIG.9: Residências ecléticas. A primeira, em Natal, não tem evidentemente o mesmo luxo da segunda, um palacete da alta burguesia paulista de fins do século XIX: Assim, também para o ecletismo se comprova o que foi afirmado para a fig. 8.
Fonte da fig. 9: LEMOS, 1989:138

FIG. 10: Um chalé em Olinda. Residência da fase romântica do ecletismo, encontrada em várias partes do Brasil na segunda metade do século XIX.

FIG. 11: Esquema de um cortiço do início do século XX em São Paulo. Os quartos, dispostos lado a lado, abrigam, cada um, uma família. As lavanderias e latrinas comunitárias se encontram no final do corredor central.